

# O sindicalismo petroleiro no tempo do nacional desenvolvimentismo (1950/1960)<sup>1</sup>

*Danilo Lucena Mendes*

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos  
(UFSCar)

## Resumo

O sindicalismo petroleiro formou-se na esteira do processo de expansão da Petrobras no setor de petróleo e gás entre os anos 1950 e 1960. Porém, decisivo nesse processo de formação foi a capacidade de elaborar uma experiência coletiva comum de ser empregado de uma empresa estatal fundada sob o signo da emancipação econômica nacional no setor de petróleo. A formação do sindicalismo petroleiro foi reconstruída por meio de uma pesquisa com fontes secundárias. A interpretação dos dados foi orientada pela hipótese de que as organizações políticas da classe trabalhadora nascem de um processo de autoconstrução, que pressupõe homens e mulheres capazes de elaborar uma experiência comum de dominação e resistência. Conforme esse enfoque, os petroleiros foram capazes de construir suas próprias organizações, a despeito dos limites institucionais, e de participar ativamente da vida política brasileira vinculando-se a um projeto nacional desenvolvimentista, cujos valores foram centrais na orientação da ação política da democracia que se encerrou com o golpe de 1964.

**Palavras-chave** sindicalismo petroleiro; identidade nacionalista; monopólio estatal na indústria petrolífera; greves; Petrobras.

**Submissão**

11/03/2025

**Aprovação**

13/09/2025

**Publicação**

20/10/2025

<sup>1</sup> Sou grato aos/as pareceristas pelas valiosas contribuições que foram fundamentais para o aprimoramento deste artigo. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## The oil workers' unionism in the time of national developmentalism (1950/1960)

### Abstract

Oil workers' unionism emerged in the wake of Petrobras' expansion in the oil and gas sector during the 1950s and 1960s. However, decisive in this formative process was the ability to develop a shared collective experience of being employees of a state-owned company founded under the banner of national economic emancipation in the oil sector. The formation of oil workers' unionism was reconstructed through research using secondary sources. The interpretation of the data was guided by the hypothesis that the political organizations of the working class arise from a process of self-construction, which presupposes men and women capable of developing a common experience of domination and resistance. According to this perspective, oil workers were able to build their own organizations, despite institutional limitations, and actively participate in Brazilian political life by aligning themselves with a national developmentalist project. The values of this project were central in guiding the political action of the democracy that ended with the 1964 coup.

**Keywords** oil unionism; nationalist identity; state monopoly in the oil industry; strikes; Petrobras.

## El sindicalismo petrolero en la época del nacional desarrollismo (1950/1960)

### Resumen

El sindicalismo petrolero se formó en el contexto del proceso de expansión de Petrobras en el sector de petróleo y gas entre las décadas de 1950 y 1960. Sin embargo, lo decisivo en este proceso de formación fue la capacidad de elaborar una experiencia colectiva común de ser empleado de una empresa estatal fundada bajo el signo de la emancipación económica nacional en el sector petrolero. La formación del sindicalismo petrolero fue reconstruida a través de una investigación con fuentes secundarias. La interpretación de los datos se guió por la hipótesis de que las organizaciones políticas de la clase trabajadora surgen de un proceso de autoconstrucción, que supone hombres y mujeres capaces de elaborar una experiencia común de dominación y resistencia. Según este enfoque, los petroleros fueron capaces de construir sus propias organizaciones, a pesar de los límites institucionales, y de participar activamente en la vida política brasileña vinculándose a un proyecto nacional desarrollista, cuyos valores fueron centrales en la orientación de la acción política de la democracia que terminó con el golpe de 1964.

**Palabras clave** sindicalismo petrolero; identidad nacionalista; monopolio estatal en la industria petrolera; huelgas; Petrobras.

## Introdução

O sindicalismo petroleiro nasceu do esforço de articulação política das lideranças sindicais que se tornaram representantes, nas décadas de 1950 e 1960, dos trabalhadores da indústria de petróleo e gás no Brasil. Dentro desse grupo, formado também por trabalhadores de refinarias privadas, os empregados da Petrobras rapidamente formaram as suas próprias organizações sindicais. Em menos de uma década de existência, foram capazes de articular uma pauta nacional e, ao mesmo tempo, constituíram uma identidade sindical *sui generis* por meio da participação e da construção de um movimento sindical pulsante, hegemonicamente articulado em torno de um projeto nacional desenvolvimentista<sup>2</sup>.

A questão de fundo que interpela tanto a produção historiográfica, quanto as análises sociológicas sobre as organizações de trabalhadores, nas décadas de 1950 e 1960, pode ser relacionada à tese de que os sindicatos serviam mais à manutenção de um pacto político, dito “populista”, do que aos “reais” interesses da classe trabalhadora<sup>3</sup>.

No âmbito historiográfico, Franklin Oliveira Jr.<sup>4</sup> estudou a organização dos operários do refino na Bahia, entre 1954 e 1964. A despeito de identificar uma “autonomia relativa” nessa organização, o autor esposou a ideia de que o “caráter central dos sindicatos da época ser[ia] o de correia de transmissão do projeto de segmentos das classes dominantes”, de modo que esses operários não teriam chegado a “globalizar um

<sup>2</sup> GOMES, A. C; FERREIRA, J. Brasil, 1945-1964: una democracia representativa en consolidación. *Estudios del ISHIR*, v. 8, n. 20, p. 53-74, 2018; NEGRO, A. L.; SILVA, F. T. da. Trabalhadores, Sindicatos e Política (1945-1964). In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano. Tempo da Experiência Democrática*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 181-211.

<sup>3</sup> WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003 [1978].

<sup>4</sup> OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

projeto próprio”<sup>5</sup>. O nacional desenvolvimentismo foi interpretado por Oliveira Jr. como ideologia, tanto como elemento da dominação de classe, quanto como uma “estratégia de ascensão social”<sup>6</sup>.

Os petroleiros baianos também foram estudados por Alex de Souza Ivo<sup>7</sup>. Contudo, vinculando-se à perspectiva da história social do trabalho, esse autor conferiu primazia às relações laborais. Em sua pesquisa mais recente<sup>8</sup>, esse autor mostrou como os petroleiros baianos foram capazes de articular os interesses originados no chão de fábrica com a questão do nacionalismo. As evidências reunidas e analisadas por Caio Vinicius de Castro Gerbelli<sup>9</sup>, em seu estudo sobre os petroleiros da Refinaria de Mauá, reforçam a linha de interpretação de que já no começo dos anos 1960 o sindicalismo petroleiro encontrava-se em um rápido processo de construção de uma rede de organizações por todo o país.

Na perspectiva sociológica, a investigação de Iracema Christina Ramos Cruz<sup>10</sup> sobre os operários da refinaria de Manguinhos também enfatizou a atuação sindical nos locais de trabalho. A autora argumenta que tal atuação conferiu vitalidade para as organizações sindicais. A ênfase nessa dimensão da ação do Sindipetro-RJ, entre 1959-1964, enfraquece

<sup>5</sup> OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995, p. 34.

<sup>6</sup> OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995, p. 28.

<sup>7</sup> IVO, A. S. *Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

<sup>8</sup> IVO, A. S. *O sindicalismo petroleiro e a questão nacional, entre a democracia e a ditadura (Bahia, 1957-1968)*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

<sup>9</sup> GERBELLINI, C. V. C. *Todos para o que der e vier: os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2018.

<sup>10</sup> CRUZ, I. C. R. *Ouro negro: sindicalismo petroleiro no Rio de Janeiro (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1997.

a tese do sindicalismo de cúpula. A análise de Paulo Sergio da Costa Neves<sup>11</sup> também se limitou aos petroleiros baianos. Porém, o percurso analítico do autor incidiu especificamente sobre o processo de configuração e reconfiguração da identidade sindical dos petroleiros baianos tendo como referencial privilegiado a questão do nacionalismo.

Nossa hipótese é que a rápida ascensão do movimento sindical petroleiro não pode ser compreendida sem que se leve em conta que a parcela de trabalhadores representada se constituiu na esteira de uma acelerada expansão das atividades da Petrobras. Com isso queremos dizer que o rápido desenvolvimento sindical dos petroleiros foi possível pela combinação desses fatores objetivos com a experiência coletiva<sup>12</sup> desses trabalhadores, que uma vez elaborada, lhes permitiu agenciar um rápido desenvolvimento organizativo, superando, como veremos, os percalços legais.

O protagonismo da Petrobras no desenvolvimento de toda a cadeia produtiva da indústria petrolífera no território nacional tendeu a se aplicar, também, na configuração das relações de trabalho no setor petrolífero nacional<sup>13</sup>. Desse modo, os gestores da estatal tornaram-se os interlocutores imediatos das lideranças sindicais que representavam as reivindicações dos trabalhadores de uma indústria em formação. Os primeiros gestores da Petrobras, de um lado, estavam imbuídos por objetivos de eficiência produtiva e sustentabilidade financeira, uma vez que a empresa precisava dar resultados para manter sua autonomia relativa frente aos interesses privados<sup>14</sup>. Por outro lado, seus dirigentes encontravam-se submetidos ao domínio de atores do sistema político institucional. Sobretudo, os ocupantes do poder executivo federal, responsáveis por indicar tanto a direção da empresa, quanto por escolher seus cargos de chefia.

<sup>11</sup> DA COSTA NEVES, P. S. *L'action syndicale des travailleurs du pétrole à Bahia (Brésil). Pétrole, nationalisme et politique*. Thèse (Doctorat) - Université Lumière Lyon 2. Faculté d'Anthropologie et de Sociologie. 1999.

<sup>12</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. v. 1: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019; THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

<sup>13</sup> SCALETSKY, E. C. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobras*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

<sup>14</sup> ALVEAL CONTRERAS, E. C. *Os desbravadores: a Petrobras e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

Desse modo, os empregados da Petrobras encontravam-se subordinados diretamente à autoridade dos gestores e de seus representantes (os gerentes) no local de trabalho<sup>15</sup>. No mesmo processo de constituição das organizações sindicais, tornou-se patente, para os sindicalistas, que a pressão sobre os atores do sistema político oferecia-se como uma possibilidade estratégica para resolver as demandas trabalhistas que nasciam no local de trabalho.

Contribuiu para a elaboração dessa estratégia o estreito vínculo de associação que havia entre o movimento sindical e os atores políticos durante a primeira experiência democrática da história republicana brasileira, entre 1946 e 1964<sup>16</sup>. Nesse contexto, as lideranças sindicais petroleiras tiveram à disposição efetivos canais de comunicação e influência sobre os atores políticos nas decisões relativas à Petrobras<sup>17</sup>. Esse poder de influência mostrou-se efetivo, sobretudo, nos governos de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964). E, no final desse período, os trabalhadores da indústria de petróleo já contavam com representantes eleitos, tanto para a esfera federal, quanto para a esfera estadual, nesse caso, ambos pelo estado da Bahia.

Neste artigo buscamos reconstruir a evolução política do sindicalismo petroleiro durante sua primeira década de existência, entre os anos 1950 e 1960. Para tanto, articulamos as características gerais da indústria do petróleo, tal como se constituiu sob a liderança da Petrobras, com as relações de trabalho por ela engendradas, bem como os primeiros conflitos e tensões que daí emergiram. Em seguida, reconstruímos o

<sup>15</sup> SCALETSKY, E. C. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobras*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

<sup>16</sup> GOMES, A. C.; FERREIRA, J. Brasil, 1945-1964: una democracia representativa en consolidación. *Estudios del ISHIR*, v. 8, n. 20, p. 53-74, 2018; NEGRO, A. L.; SILVA, F. T. da. Trabalhadores, Sindicatos e Política (1945-1964). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano. Tempo da Experiência Democrática*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 181-211.

<sup>17</sup> IVO, A. S. *Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.; OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

MENDES • “O sindicalismo petroleiro no tempo do nacional desenvolvimentismo (1950/1960)”

surgimento das primeiras organizações sindicais e das primeiras greves. No bojo dessa evolução, destacamos o nacionalismo e a defesa do monopólio estatal nos negócios do petróleo (faces da mesma moeda) como elementos centrais da identidade sindical petroleira.

### O caráter bifacial da Petrobras<sup>18</sup>

Em maio de 1954, quando a Petrobras foi finalmente instalada, ainda não havia uma oferta de mão de obra com as qualificações exigidas pelas complexas atividades da indústria de petróleo no Brasil. Porém, a lei nº 2.004 de 3 de outubro de 1953, que dispôs sobre a criação de uma empresa estatal de capital misto devotada ao equacionamento da demanda nacional por derivados de petróleo<sup>19</sup>, também transferiu à Petrobras todo o capital que pertencia ao Conselho Nacional de Petróleo (CNP). Esse havia sido criado em 1938 para regulamentar e coordenar as atividades da indústria de petróleo no território nacional. Desse modo, com a criação da Petrobras, o CNP passaria a exercer apenas atividades auxiliares no processo de instalação da indústria de petróleo e gás no país.

Assumindo o protagonismo como empresa do setor produtivo estatal na indústria de petróleo<sup>20</sup>, o objetivo principal da Petrobras foi fixado na busca pela autossuficiência na produção de petróleo. Para tanto, a empresa deveria centrar esforços na prospecção de petróleo; no desenvolvimento da infraestrutura necessária para o transporte e a distribuição dos produtos petrolíferos; e na ampliação do parque de refino para aumentar a oferta de derivados de petróleo para o mercado nacional. A esse objetivo específico estava associada uma meta macroeconômica. Qual seja, diversificar a pauta de

<sup>18</sup> A expressão caráter bifacial se refere às faces empresarial e estatal da Petrobras, uma vez que foi constituída como empresa de capital misto controlada pela União. ALVEAL CONTRERAS, E. C. *Os desbravadores: a Petrobras e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>19</sup> MORAIS, J. M. de. *Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore*. Brasília: Ipea; Petrobras, 2013.

<sup>20</sup> ALVEAL CONTRERAS, E. C. *Os desbravadores: a Petrobras e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

importações, diminuindo o empenho de divisas em produtos primários, o que, por sua vez, permitiria aumentar o consumo de bens de capital, essenciais para fomentar o desenvolvimento industrial interno. Ao mesmo tempo, a Petrobras viria a assumir a função de empresa indutora “do desenvolvimento de uma rede de empresas fornecedoras de serviços petrolíferos, firmas de engenharia e fabricantes de bens industriais”<sup>21</sup>. Ou seja, o empreendimento estatal promoveria a criação de toda uma cadeia de serviços diretamente vinculada às demandas dos negócios da indústria petrolífera nacional.

Quando os gestores da Petrobras assumiram as atividades operacionais até então conduzidas pelo CNP, contraíram uma dupla responsabilidade<sup>22</sup>. Para alcançar os objetivos estipulados, seus gestores tinham que, primeiramente, torná-la uma empresa financeiramente sustentável. Embora a União tivesse dotado ao empreendimento o capital suficiente para iniciar as atividades, os gestores sabiam que a autonomia da empresa dependeria de um constante aumento de sua taxa de lucro. A Petrobras, tal como qualquer empresa, deveria ser gerida segundo uma lógica microeconômica. Essa era a face empresarial da Petrobras. Se, por um lado, o empreendimento dependia da eficiência empresarial, por outro lado, como ator do setor produtivo estatal, a empresa legitimava-se segundo suas responsabilidades de promover os objetivos relacionados ao desenvolvimento industrial, e ao equilíbrio macroeconômico. Essa era sua face estatal, devotada à criação de bens públicos.

### **Relações de trabalho em uma empresa nacional**

O caráter bifacial da Petrobras influenciou também no modo pelo qual se estabeleceram os vínculos da empresa com seus trabalhadores<sup>23</sup>. Nesse sentido, as relações

<sup>21</sup> MORAIS, J. M. de. *Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore*. Brasília: Ipea; Petrobras, 2013, p. 52-53.

<sup>22</sup> ALVEAL CONTRERAS, E. C. *Os desbravadores: a Petrobras e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>23</sup> SCALETSKY, E. C. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobras*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

de trabalho da empresa de capital misto foram estabelecidas em conformidade com o modelo de organização legado pela CLT. Ou seja, aplicava-se o mesmo modelo de qualquer empresa privada. Porém, na Petrobras as relações de trabalho assumiram também uma legitimidade pública. O caráter estatal da empresa permitiu que seus gestores estabelecessem um tipo de legitimação muito peculiar com seus empregados. Esses eram vistos como quase empregados públicos, porém não tinham a estabilidade conferida aos verdadeiros empregados públicos. Sem estabilidade poderiam ser demitidos a qualquer momento.

A relação de dominação e exploração<sup>24</sup> inscrita nessas relações de trabalho fundava seu consentimento<sup>25</sup> não apenas por meio da retribuição material (salário). O consentimento era justificado também através da menção ao fato de que seus empregados estariam participando de algo maior. Eram partícipes da emancipação econômica e industrial da nação<sup>26</sup>. O nacionalismo<sup>27</sup>, ideologia imperante no processo político social do qual a Petrobras nasceu, era um dos elementos basilares da formação do consentimento da força de trabalho engajada no empreendimento estatal do petróleo<sup>28</sup>.

<sup>24</sup> WRIGHT, E. O. Análise de classes. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 17, p. 121-163, 2015.

<sup>25</sup> GRAMSCI, A. *Americanismo e fordismo*. Tradução de Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.

<sup>26</sup> IVO, A. S. *Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.

<sup>27</sup> O nacionalismo, enquanto categoria política relacionada à questão do petróleo, constitui-se por meio de uma complexa relação entre as ações e os interesses do setor público, das empresas nacionais e das grandes empresas internacionais, entre as décadas de 1930 e 1950. Configurando-se a partir dessa constelação de interesses, o nacionalismo terá como elemento central de sua definição a defesa do monopólio estatal na indústria do petróleo. A tese do monopólio estatal consolidou-se, sobretudo, no debate político que culminou na criação da Petrobras, em oposição a uma alternativa viável: o favorecimento de interesses externos, representados pelas grandes companhias internacionais de petróleo. Dessa forma, a solução nacionalista para a questão do petróleo assumiu como pressuposto necessário a defesa do monopólio estatal, entendido como mecanismo para garantir a concretização dos interesses nacionais. Esses interesses deveriam materializar-se, em particular, no desenvolvimento da indústria petrolífera coordenado pelo Estado brasileiro, visto como a única entidade capaz de promover os interesses nacionais de forma efetiva. COHN, G. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: UNIFESP, 2017.

<sup>28</sup> Semelhante processo se deu na construção do consentimento dos trabalhadores da Fábrica Nacional de Motores (FNM), fundada em 1942. “O argumento do patriotismo desempenhou um papel fundamental nos

A ideologia nacionalista aparecia com muita frequência nas solenidades que reuniam os trabalhadores, os gestores e os atores políticos<sup>29</sup>. Do ponto de vista dos empregados, trabalhar na Petrobras tornava-se motivo de orgulho pessoal. Reciprocamente, era objeto de reconhecimento público. Assim, o trabalho na Petrobras não envolvia apenas a troca de força de trabalho por recompensa salarial. Através do prisma do espírito nacionalista hegemônico na época tal atividade tornava-se digna de prestígio. Segundo esse espírito, os trabalhadores da Petrobras participavam da construção da grande obra de emancipação nacional do jugo dos interesses estrangeiros entrincheirados nas empresas internacionais de petróleo<sup>30</sup>.

Se o nacionalismo dominava os corações e mentes, como um dos motivos fundamentais para engajar o trabalho na Petrobras, logo os sindicalistas tomaram para si esse fato como legitimador de sua própria ação. Se os trabalhadores da Petrobras tinham um *status* público sem possuir a estabilidade no emprego conferida aos funcionários públicos, todavia, ao contrário desses últimos, poderiam formar sindicatos. E esses se formaram imbuídos da ideologia nacionalista<sup>31</sup>.

procedimentos de formação [do trabalhador]. Havia um apelo constante aos valores de “pátria”, de “nação”, de “progresso”, de “moderno”, sobredeterminando o dia-a-dia do trabalho na fábrica. Este apelo foi reforçado pelo fato de tratar-se de uma empresa estatal e pelo fato de que as relações capital-trabalho, que se estabeleceram durante esta primeira fase, traziam características distintas daquelas de empresas privadas. A perspectiva de estar trabalhando para a “nação” parece ter sido uma marca importante na cultura fabril, e que prosseguiu na fase seguinte de produção de veículos”. RAMALHO, J. R. Estado Novo, industrialização e a formação do trabalhador brasileiro: o caso FNM. *Locus: Revista de História*, v. 13, n. 2, 2007, p. 126.

<sup>29</sup> IVO, A. S. *Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.; OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

<sup>30</sup> RIBEIRO, J. A. *A história da Petrobras – Parte 2 – de 1954 a 2002*. AEPET: 2022. [Livro digital].

<sup>31</sup> DA COSTA NEVES, P. S. *L'action syndicale des travailleurs du pétrole à Bahia (Brésil). Pétrole, nationalisme et politique*. 1999. Université Lumière Lyon 2. Faculté d'Anthropologie et de Sociologie. Thèse de Doctorat Nouveau Régime.; IVO, A. S. *O sindicalismo petroleiro e a questão nacional, entre a democracia e a ditadura (Bahia, 1957-1968)*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.; OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Essas relações necessárias e peculiares potencialmente inscritas nas relações de trabalho promovidas pela Petrobras impuseram-se como o campo de possibilidades para a organização coletiva dos interesses de seus trabalhadores. Assim, a observação das trajetórias de fundação das primeiras organizações sindicais, bem como a evolução do movimento sindical originado dentro do escopo da relação entre a Petrobras e os sindicatos, é indispensável. É que a singularidade do padrão de relações de trabalho que irá se constituir não brotou naturalmente. Mas terá sido resultado do entrechoque do peculiar antagonismo de interesses posto pela relação de uma empresa estatal com as organizações sindicais de seus trabalhadores em formação<sup>32</sup>. O desenvolvimento da indústria de petróleo e gás brasileira foi uma condição necessária, mas não suficiente para definir os rumos do sindicalismo petroleiro, que não se fez sem a experiência sociocultural de suas lideranças sindicais.

### **As primeiras organizações sindicais petroleiras**

A Refinaria Nacional de Petróleo localizada em Mataripe, na cidade de São Francisco do Conde (BA), construída entre 1949 e 1950 sob a responsabilidade do CNP, foi assumida integralmente pela Petrobras a partir de maio de 1954. Desse modo, os trabalhadores da refinaria de Mataripe ficaram submetidos, desde então, às ordens da nova empresa.

Do ponto de vista da relação de trabalho, como empresa de economia mista, a Petrobras enquadrou essa força de trabalho no modelo de relações típico de uma empresa privada. Assim, o contrato de trabalho de seus empregados seria regido, desde então, pelo conjunto de leis instituído pela CLT.

Salvador, 1995.; SCALETSKY, E. C. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobras*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2003.

<sup>32</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa. v. I: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Com efeito, além de obter o *status* simbólico de empregado de uma empresa criada pelo Estado como esforço nacional para auxiliar o desenvolvimento industrial do país, foi sob essa nova relação que os trabalhadores da Petrobras iniciaram os esforços no sentido de criar as suas próprias entidades sindicais.

Assim, ainda no ano de 1954 foi fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Petróleo da Bahia. Nessa época, as associações profissionais eram as figuras jurídicas às quais se reservava o direito de pleitear junto ao Ministério do Trabalho a criação de um sindicato. Logo, as associações normalmente deveriam anteceder a fundação dos sindicatos<sup>33</sup>. Após três anos de existência, a associação deu origem ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo do Estado da Bahia (Stiep-BA).

O ano de 1957 ficou marcado também pela mudança do nome da Refinaria de Mataripe, que veio homenagear o senador baiano Landulfo Alves, atuante defensor da solução estatal para a questão do petróleo quando da tramitação do projeto de lei que deu origem à Petrobras<sup>34</sup>. Porém, ao grupo de trabalhadores da, agora chamada, Refinaria Landulfo Alves – Mataripe (RLAM) não foi concedida a permissão de integrar o sindicato recém criado, o Stiep-BA. Os diretores da empresa teriam apelado para a segmentação da cadeia produtiva de petróleo para defender a diferenciação organizacional dos trabalhadores da indústria de petróleo na Bahia<sup>35</sup>, ou seja, a força de trabalho alocada no segmento de extração e de produção deveria ser representada pelo

<sup>33</sup> IVO, A. S. *Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.; OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

<sup>34</sup> Trata-se do projeto de lei 1516/1951 apresentado no dia 11 de dezembro de 1951. COHN, G. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: UNIFESP, 2017.

<sup>35</sup> OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

MENDES • “O sindicalismo petroleiro no tempo do nacional desenvolvimentismo (1950/1960)”

Stiep-BA, já os operários do setor de refino e de destilação deveriam ter outra entidade representativa.

A fundação de uma entidade sindical própria dos operários da refinação se deu apenas no ano de 1959. Tanto a associação profissional dos trabalhadores do refino e da destilação, como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refino do Estado da Bahia (Sindipetro-BA), foram fundados nesse mesmo ano.

Neste ponto é preciso atentar para o fato de que os limites legais do enquadramento sindical previstos na CLT foram utilizados, pela direção da empresa, para sustar a formação de um sindicato único para os petroleiros na Bahia. Porém, como veremos, esses limites não se estabeleceram de modo absoluto, pois foram contornados pela capacidade de organização dos trabalhadores e de suas lideranças que puderam estabelecer vínculos concretos de solidariedade, ali onde as instituições virtualmente os interditava. A solidariedade entre os petroleiros se realizou por dentro do arcabouço legal. Além disso, as amarras institucionais parecem ter se afrouxado no caso do sindicato do refino, que não precisou esperar o prazo de três anos, como ocorreu com o sindicato da extração, para ser fundado.

Nesse meio tempo, nasceram em 1958 o Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, Santos e São Sebastião (Sindipetro-SP) e a associação profissional dos trabalhadores da indústria de petróleo do Estado do Rio de Janeiro, que no ano seguinte originou o Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ). O Sindipetro-SP representava os trabalhadores da Refinaria Presidente Bernardes – Cubatão, que começou a operar em 1955. O Sindipetro-RJ representava os operários da Refinaria de Petróleo de Manguinhos, que começou a operar em 1954.

Embora pertencente ao setor privado do refino, a Refinaria de Manguinhos ensejou a criação de um sindicato que se engajou, a partir dos anos 1960, na campanha política pela encampação das refinarias do setor privado pela Petrobras, ou seja, a direção desse

sindicato, hegemonizada por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atuou a favor da concretização do monopólio estatal na indústria de petróleo<sup>36</sup>.

Nessa campanha, foi acompanhado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo de Mauá (Sindipetro-Mauá), que representava os operários da Refinaria de Petróleo União<sup>37</sup>, localizada na cidade de Mauá (SP). Essa refinaria também iniciou suas operações no ano de 1954. Sua instalação, como a de Manguinhos, se deu às pressas para aproveitar a licença que os negócios privados do segmento de refino de petróleo receberam para continuar suas atividades até a instalação da Petrobras<sup>38</sup>. Os empresários por trás dos empreendimentos de Manguinhos e Mauá receberam a licença do CNP para a instalação de refinarias privadas, respectivamente, em 1946 e 1947. Mas foi somente na iminência da instituição do monopólio no segmento de refino, por força da criação da Petrobras pela lei nº 2.004 de 1953, que ambas as instalações foram finalmente realizadas.

Assim, o sindicalismo petroleiro que floresceu primeiro na Bahia nasceu cindido, por força da intervenção dos gestores da empresa. A unidade de ação desse sindicalismo, no entanto, parece hoje algo tão natural quanto natural era o caráter insular da origem das primeiras entidades. Em outras palavras, a partir da natureza unitária da Petrobras era possível projetar, sobretudo na visão dos sindicalistas, uma necessária unidade nacional do sindicalismo petroleiro. Nesse sentido, é preciso enfatizar que, por um lado, se a articulação nacional dos interesses dos trabalhadores da Petrobras em prol da igualdade nas relações de trabalho foi propiciada, em parte, pela própria empresa que, involuntariamente, no ímpeto de expandir seus negócios, acabou por promover o intercâmbio de empregados de suas diferentes unidades produtivas, por outro lado,

<sup>36</sup> CRUZ, I. C. R. *Ouro negro: sindicalismo petroleiro no Rio de Janeiro (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1997.

<sup>37</sup> GERBELLI, C. V. de C. *Todos para o que der e vier: os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2018.

<sup>38</sup> COHN, G. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: UNIFESP, 2017.; RIBEIRO, José Augusto. *A história da Petrobras – Parte 2 – de 1954 a 2002*. AEPET: 2022. [Livro digital].

MENDES • “O sindicalismo petroleiro no tempo do nacional desenvolvimentismo (1950/1960)”

então, decisivo na construção da unidade de interesses de classe foi a capacidade de agência dos dirigentes sindicais.

### A primeira greve na Petrobras

Quando os petroleiros de Mataripe tiveram acesso aos holerites dos colegas da Refinaria de Cubatão<sup>39</sup> desnudou-se o *modus operandi* da Petrobras. A estatal aplicava diferentes regimes de trabalho em diferentes regiões do país. A diferença entre os regimes de trabalho era qualificável não apenas pela diferença salarial, mas pela forma especial da própria relação entre a empresa e a força de trabalho local.

Na Bahia, a Petrobras reproduziu um padrão de exploração da força de trabalho caracterizada pela configuração de um *continuum* fábrica-vila operária<sup>40</sup>, ou seja, os operários baianos da Refinaria de Mataripe habitavam uma vila operária construída e administrada pela empresa. Nesse regime de trabalho, o aluguel era descontado diretamente da renda do trabalho. O que, por um lado, parecia facilitar a integração do grupo de trabalhadores, além da facilidade de proporcionar moradia próxima ao local de trabalho, por outro lado, era uma forma de fixar uma força de trabalho especializada para a empresa.

Após uma viagem à Cubatão para colher mais provas sobre as diferenças salariais, os sindicalistas do Sindipetro-BA (representantes dos operários do refino) foram à sede da empresa no Rio de Janeiro cobrar explicações. Na perspectiva da empresa, a diferença

<sup>39</sup> DA COSTA NEVES, P. S. *L'action syndicale des travailleurs du pétrole à Bahia (Brésil). Pétrole, nationalisme et politique*. 1999. Université Lumière Lyon 2. Faculté d'Anthropologie et de Sociologie. Thèse de Doctorat Nouveau Régime.; IVO, A. S. *Uma história em verde, amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.; OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

<sup>40</sup> LEITE LOPES, J. S. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

salarial se devia ao fato dos operários de Mataripe “não pagarem aluguel”<sup>41</sup>. De volta à Bahia, os sindicalistas do Stiep-BA e do Sindipetro-BA organizaram assembleias em ambos sindicatos e aprovaram uma greve pela equiparação salarial.

A paralisação se deu em novembro de 1960 sob o lema “Equipara ou aqui para!”. Após três dias de greve a empresa aceitou negociar. Os trabalhadores baianos conquistaram um aumento de 80% para aproximar-se do nível salarial dos operários de Cubatão<sup>42</sup>. A equiparação foi finalmente conquistada no ano seguinte. Além disso, os petroleiros baianos instituíram pela primeira vez a modalidade de negociação de um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com a empresa.

O lema “Equipara ou aqui para!” foi incorporado pelas demais organizações sindicais petroleiras que foram surgindo pelo país na esteira da expansão da Petrobras. A equiparação salarial, bem como a igualdade referente às demais relações trabalhistas praticadas pela empresa, tornou-se o norte da ação sindical petroleira. A construção da unidade nacional entre esses sindicatos era a meta vislumbrada. Assim, formava-se um objetivo comum a todos os sindicatos petroleiros. Os motivos para a unidade estavam dados, faltava cumprir-se na realidade.

### Nacionalismo e identidade sindical petroleira

Antes de completar dez anos de fundação das primeiras organizações sindicais, na primeira metade da década de 1960, o sindicalismo petroleiro já se distingua. No cenário sindical brasileiro, formava-se um ator com capacidade de influenciar em algumas questões relativas ao setor produtivo estatal. Nas eleições de 1960, os petroleiros da Bahia firmam um compromisso com Jânio Quadros, então candidato à presidência da

<sup>41</sup> OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

<sup>42</sup> OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

MENDES • “O sindicalismo petroleiro no tempo do nacional desenvolvimentismo (1950/1960)”

República, de nomear um baiano para presidir a Petrobras. Assim, em fevereiro de 1961 Geonílio Barroso foi nomeado presidente da Petrobras<sup>43</sup>. Quando João Goulart demitiu Geonílio em janeiro de 1962, os petroleiros baianos organizaram uma parede.

A greve de 1962 iniciada na Bahia, teria começado sob a desconfiança dos sindicatos do sul por ter uma pauta exclusivamente regionalista<sup>44</sup>. Porém, ao longo da paralisação os sindicalistas baianos teriam ajustado seu discurso. “O isolamento do seu movimento levou os petroleiros a fazer concessões das suas posições iniciais e deflagrar um processo de articulação junto à categoria a nível nacional e outros setores da sociedade”<sup>45</sup>.

Desse modo, a exigência dos grevistas centrou-se na defesa de que o novo presidente da estatal deveria ser comprometido com o ideário nacionalista. Esse fato foi decisivo para unificar o movimento nacional. Em torno do nacionalismo, os sindicatos dos trabalhadores da Guanabara e de Cubatão reuniram-se à greve iniciada na Bahia. Simultaneamente, as principais regiões produtoras de petróleo obrigaram a empresa a ceder também na pauta corporativa.

Os efeitos da greve foram imediatos também para as reivindicações econômicas da categoria. Em 15 de fevereiro, o Conselho de Administração da Petrobras decide equiparar os níveis salariais do Norte e Nordeste com os do Sul. A diretoria executiva também estende o pagamento do adicional de periculosidade - retroativo a primeiro de fevereiro - para as unidades ainda não contempladas, e, ainda neste mês, no dia 12, entraria em vigor o novo

<sup>43</sup> OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995

<sup>44</sup> OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

<sup>45</sup> OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995, p. 248.

horário de trabalho na Região da Produção, sendo estendido à Refinaria de Mataripe em 19 de março.<sup>46</sup>

A capacidade de articular questões políticas (engajando-se no processo de sucessão presidencial na Petrobras) com questões corporativas (equiparação dos níveis salariais) fortalecia a legitimidade dos sindicatos para dentro e para fora dos locais de trabalho.

Além disso, a convergência de seu discurso e prática na direção das teses nacionalistas foi um fator decisivo para a formação de uma identidade coletiva para os petroleiros. Tal convergência não era acidental, pois o nacionalismo que respaldou a ação política que resultou na criação da Petrobras, fundava um consenso social com relação à ação política em geral<sup>47</sup>, da qual o sindicalismo era um ator de relevo<sup>48</sup>.

O poder de mobilização dos sindicatos petroleiros, atuando em conjunto, teve como efeito, além da conquista da equiparação das condições de trabalho na Petrobras, abrir os caminhos para que um destacado nacionalista fosse nomeado, pelo presidente João Goulart, para assumir a direção da empresa estatal. Tratava-se de Francisco Mangabeira que, por acaso, era baiano.

Francisco Mangabeira tinha uma longa história de militância junto à esquerda católica, sendo um dos fundadores, inclusive, da Juventude Operária Católica (JOC). No decorrer das negociações para a sua indicação, os dirigentes sindicais do petróleo foram agindo cada vez com mais desenvoltura. Recebidos por Goulart, deixaram claro não ter preferência por nenhum nome em particular, mas exigiram que o nomeado seguisse os princípios nacionalistas e começasse a gerir a empresa ouvindo os trabalhadores. Em verdade, o protagonismo da greve deflagrada na Bahia, mesmo que por linhas tortas, deu grande ânimo ao movimento sindical. O novo presidente da Petrobras passou a dialogar com os

<sup>46</sup> OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995, p. 249.

<sup>47</sup> COHN, G. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: UNIFESP, 2017.

<sup>48</sup> GOMES, A. C; FERREIRA, J. Brasil, 1945-1964: una democracia representativa en consolidación. *Estudios del ISHIR*, v. 8, n. 20, p. 53-74, 2018; NEGRO, A. L.; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, Sindicatos e Política (1945-1964). In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano. Tempo da Experiência Democrática*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 181-211.

sindicalistas. Neste sentido, garantiu a criação de uma comissão permanente de representantes de operários e técnicos, bem como de um novo cargo a ser instituído na direção da empresa, o de Diretor Social, cujo titular seria indicado pelos próprios trabalhadores através de seus sindicatos.<sup>49</sup>

Outro fator decisivo para consolidar a identidade sindical petroleira, foi a participação dos petroleiros nos encontros nacionais do movimento sindical brasileiro. Após a participação no III Congresso Sindical Nacional (1960) os petroleiros estabeleceram como meta organizar encontros nacionais dos sindicatos dos trabalhadores da indústria de petróleo no Brasil<sup>50</sup>. Se por um lado, os petroleiros angariavam reconhecimento junto a outras organizações sindicais, por outro lado, a troca estabelecida nesses encontros parece ter contribuído também para a construção da unidade nacional.

Em 1962, os petroleiros promoveram a I Convenção Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo (I CNTPI) com o lema: “unidade da classe petroleira”<sup>51</sup>. Foi a partir dessa convenção que as lideranças petroleiras se organizaram nacionalmente para participar da campanha nacional pela incorporação das refinarias privadas à Petrobras. No ano de 1963, o movimento sindical petroleiro concentrou-se na campanha em defesa do monopólio estatal da importação de petróleo, que viria a ser assumido pela Petrobras<sup>52</sup>.

Em 1964, às vésperas do golpe de estado, o presidente João Goulart assinou o decreto de encampação das refinarias de Manguinhos (RJ) e de Capuava (SP). Nesse momento,

<sup>49</sup> IVO, A. S. *O sindicalismo petroleiro e a questão nacional, entre a democracia e a ditadura (Bahia, 1957-1968)*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019, p. 67.

<sup>50</sup> OLIVEIRA JR, F. *A usina dos sonhos: nascimento, ascensão e refluxo da organização sindical dos trabalhadores da indústria da destilação e refinação do petróleo no Estado da Bahia: 1954-1964*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995, p. 249.

<sup>51</sup> GERBELLI, C. V. C. *Todos para o que der e vier: os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2018.

<sup>52</sup> RIBEIRO, José Augusto. *A história da Petrobras – Parte 2 – de 1954 a 2002*. AEPET: 2022. [Livro digital].

a defesa do monopólio estatal na indústria de petróleo, vista como uma medida concreta inspirada no ideal nacionalista, constituía-se como um elemento perene da identidade coletiva dos petroleiros. A campanha pela encampação das refinarias também foi decisiva para intensificar o processo de unificação nacional dos petroleiros.

### **A defesa do monopólio estatal e a unidade nacional**

Na campanha para a estatização das refinarias privadas, estiveram engajados tanto os operários das refinarias privadas, quanto os da Petrobras<sup>53</sup>. Nesse sentido, a preparação dessa campanha proporcionou um ganho organizacional extra para os petroleiros. Além da unidade nacional, pautava-se a unidade setorial, que seria concretizada quando a Petrobras incorporasse as refinarias do setor privado. O ganho organizacional proporcionado pela campanha da encampação das refinarias foi, de fato, notável.

A organização dessa campanha motivou dois encontros nacionais entre os sindicalistas do setor do petróleo no de 1962. Em janeiro, reuniram-se em Salvador-BA para participar da I CNTIP. A pauta era: construir a unidade da classe petroleira<sup>54</sup>. Marcaram presença as entidades sindicais das seguintes localidades: Bahia; Guanabara e Rio de Janeiro; Cubatão e Mauá; Stiep-BA e a recém criada Associação dos Empregados da Petrobras (AEPE).

A principal resolução desse encontro foi a criação de um contrato coletivo de trabalho nacional. O Sindipetro-Mauá defendeu, à parte, a tese de que a campanha pela encampação seria o meio mais eficiente e imediato para unificar a classe petroleira<sup>55</sup>.

<sup>53</sup> GERBELLINI, C. V. C. *Todos para o que der e vier: os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2018.

<sup>54</sup> GERBELLINI, C. V. C. *Todos para o que der e vier: os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2018.

<sup>55</sup> GERBELLINI, C. V. C. *Todos para o que der e vier: os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2018.

Pensada entre setembro e outubro de 1961, mas ocorrida efetivamente em janeiro de 1962, na cidade de Salvador no estado da Bahia, a CNTIP teve como temário a “estrutura da Indústria Petrolífera Brasileira e a situação dos trabalhadores da Industria do petróleo”. Ao fim, resultou em uma “declaração de princípios e resoluções”, destacando o “papel dos trabalhadores; a Petrobras como fator de emancipação econômica; conjuntura e problemas; os aspectos socioeconômicos; a legislação trabalhista e a formulação de um contrato coletivo de trabalho”<sup>56</sup>.

A segunda convenção ocorreu em agosto de 1962. O II CNTIP foi realizado em Santos-SP. Dessa vez, a resolução principal não poderia ser menos óbvia: o movimento sindical do setor petrolífero deveria perseguir a construção de uma federação nacional como entidade representativa responsável pela negociação de um contrato nacional de trabalho.

A II CNTIP foi realizada sob a representação de 10 sindicatos com destaque para o tema da Petrobras como “fator de emancipação econômica do país”, da proposta da “criação da Federação dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo” e do “fortalecimento das relações e colaboração entre os trabalhadores de petróleo do Brasil e do Mundo”<sup>57</sup>.

O primeiro passo nessa direção deveria ser a luta pela equiparação de direitos tendo como parâmetro o acordo coletivo conquistado pelos trabalhadores de Cubatão. Essa pauta deveria ser adotada, sobretudo, pelos sindicatos que representavam os operários do setor privado, que se encontravam ainda em situação de desigualdade na comparação com os trabalhadores da baixada santista.

Essa era a situação dos operários de Mauá, que protagonizaram um capítulo ímpar dessa campanha. A greve pela encampação na base de Mauá foi iniciada no dia 28 de

<sup>56</sup> GERBELLINI, C. V. C. *Todos para o que der e vier: os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2018, p. 75.

<sup>57</sup> GERBELLINI, C. V. C. *Todos para o que der e vier: os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2018, p. 83.

outubro de 1963. A pauta salarial, equiparação com os salários de Cubatão, era a face legítima de uma greve que também tinha como motivação uma questão de fundo político: a integração da refinaria à Petrobras, o que equivaleria ao processo de estatização.

A greve se encerrou apenas no dia 14 de novembro. A base de Mauá foi a mais resiliente de todo movimento, porém ao custo de forte repressão e ameaças sobre os grevistas. O desfecho da paralisação incluiu o reajuste salarial, o abono dos dias parados e a incorporação dos 51 demitidos na Petrobras<sup>58</sup>. Alguns efeitos da encampação foram, de certo modo, alcançados pelos que foram integrados à força de trabalho da Petrobras.

A greve dos trabalhadores da Petrobras em solidariedade aos operários de Mauá teve início no dia 12 de novembro, e teria precipitado a disposição patronal da Refinaria de Capuava para negociar. O então Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo da Guanabara (Sindipetro-RJ) parou em solidariedade<sup>59</sup>. Fundado em 1959, essa organização teve seu nome alterado em 1962. O motivo da alteração de nome foi a fundação de um sindicato próprio para os operários da Refinaria Duque de Caxias (Reduc-RJ), que começou suas operações em 1961. Assim, o Sindicatos dos Trabalhadores da Indústria de Petróleo de Duque de Caxias (Sindipetro-Caxias) estaria livre da influência dos dirigentes do Sindipetro-RJ, dominado por militantes do PCB. Todavia, essa estratégia não conseguiu afastar o novo sindicato do rumo político assumido pelo movimento petroleiro, de modo que os operários de Caxias também pararam em solidariedade aos de Mauá.

O movimento de encampação da Refinaria de Capuava contava com o apoio de todos os sindicatos de trabalhadores da Petrobras, mais que isso, contava com a simpatia do próprio presidente da empresa, o general Albino Silva, que via a possibilidade da

<sup>58</sup> GERBELLINI, C. V. C. *Todos para o que der e vier: os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2018.

<sup>59</sup> CRUZ, I. C. R. *Ouro negro: sindicalismo petroleiro no Rio de Janeiro (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1997.

MENDES • “O sindicalismo petroleiro no tempo do nacional desenvolvimentismo (1950/1960)”

incorporação daquela refinaria como uma medida estratégica para a empresa, uma vez que a expansão do consumo de combustíveis no planalto paulista recomendava a iminente participação da estatal naquele mercado de refino<sup>60</sup>.

A encampação definitiva das refinarias privadas foi decretada pelo presidente João Goulart no dia 13 de março de 1964. O comício da Cinelândia, convocado pelo movimento sindical, marcou de certo modo o último ato do governo Goulart, pois antes do término daquele mês fatídico ele seria destituído por um golpe de estado.

Com ocaso do governo Goulart, também se interrompia o projeto nacional desenvolvimentista sustentado pelo setor majoritário do sindicalismo brasileiro e diretamente articulado com as principais forças de esquerda. Os petroleiros haviam se constituído como uma importante força engajada nesse projeto. Assim como o sindicalismo brasileiro, as organizações sindicais petroleiras eram dominadas por dirigentes nacionalistas e pecebistas<sup>61</sup>. Foi também contra o estágio de organização do sindicalismo brasileiro que o golpe civil militar de março-abril de 1964 foi desferido. “O fenômeno da aliança entre trabalhistas, nacionalistas e pecebistas constituiu-se com base nessa sensação de pertencimento da classe operária a um projeto nacional-reformista. E contra isso armou-se um golpe de Estado em abril de 1964”<sup>62</sup>.

O movimento sindical, em geral, e o movimento sindical petroleiro, em especial, seriam alvos preferenciais da primeira onda de repressão que varreu o país nas primeiras semanas que sucederam o golpe civil-militar.

<sup>60</sup> CRUZ, I. C. R. *Ouro negro: sindicalismo petroleiro no Rio de Janeiro (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1997.

<sup>61</sup> CRUZ, I. C. R. *Ouro negro: sindicalismo petroleiro no Rio de Janeiro (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1997.; GERBELLI, C. V. C. *Todos para o que der e vier: os trabalhadores do petróleo de Mauá e a luta pela organização sindical (1957-1964)*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, 2018.

<sup>62</sup> NEGRO, A. L.; SILVA, F. T. da. Trabalhadores, Sindicatos e Política (1945-1964). In: FERREIRA, J; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano. Tempo da Experiência Democrática*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 181-211, p. 87.

### **Considerações finais**

Neste artigo, argumentamos que o vertiginoso avanço organizacional dos petroleiros até se colocar no cenário sindical brasileiro como um ator relevante, com uma identidade política singular, se deveu tanto ao acelerado movimento de industrialização liderado pela Petrobras a partir de 1954, quanto a elaboração dessa experiência coletiva pelos trabalhadores da indústria de petróleo.

As particularidades da Petrobras se constituíram como referenciais inescapáveis na elaboração dessa experiência coletiva. A empresa foi fundada em um ambiente político marcado pela ideia de que a industrialização promoveria a emancipação nacional. Esse ambiente, contudo, não era totalmente pacífico, mas comportava uma forte tensão de interesses. Assim, a empresa, de um lado, deveria servir ao desenvolvimento industrial, daí sua face macroeconômica. De outro lado, não poderia deixar de ser economicamente autossustentável, daí sua face microeconômica.

As relações de trabalho na Petrobras foram moldadas a partir dessa dupla face. A aura nacionalista foi mobilizada para elaborar o consentimento da sociedade e da força de trabalho que seria engajada em suas atividades. Desse modo, o nacionalismo foi incorporado pelos trabalhadores seja como motivação pessoal para ingressar na empresa, seja como valor ostentado pelas organizações sindicais em busca de legitimação política.

A exigência de sucesso econômico pode ser relacionada à estratégia empresarial de explorar a força de trabalho segundo diferentes regimes e, simultaneamente, dividir a representação sindical. Porém, a exploração regionalmente organizada contrastava com a constituição nacional (unitária) da mesma. Essa organização sugeriu a simples fórmula, logo captada pelas lideranças sindicais: uma empresa, uma representação sindical.

A constatação da existência de diferentes regimes de trabalho nas atividades da empresa terá sido um dos elementos basilares na elaboração do objetivo de reunir esforços em prol de uma representação única para os petroleiros. O sentimento de que todas as atividades da indústria de petróleo deveriam ficar à cargo do Estado, por meio da Petrobras, acentuou a ideia de unidade.

MENDES • “O sindicalismo petroleiro no tempo do nacional desenvolvimentismo (1950/1960)”

Desse modo, a forte vinculação dos petroleiros com o ideário nacionalista reforça a ideia de que a construção da identidade sindical dos petroleiros não passou incólume às marcas da ideologia nacional desenvolvimentista. De um lado, o alinhamento à causa nacionalista lhes rendeu o reconhecimento, pelas outras organizações, de uma identidade sindical única. De outro lado, lhes abriu a possibilidade de compor uma aliança com outros atores políticos em torno de um projeto nacional desenvolvimentista.

Imbuídos desses valores, entre os anos de 1962 e de 1963, os petroleiros se engajaram na campanha pela estatização das refinarias privadas. Tal intento era diretamente solidário com os valores nacionalistas, e, nesse sentido, foi um movimento concreto inspirado por aquele ideário. Ao mesmo tempo, os petroleiros foram capazes de se articular nacionalmente por meio de convenções do próprio setor. Tratava-se do gérmen da unificação nacional dos sindicatos petroleiros. Tal projeto, no entanto, foi frustrado pelo golpe de Estado de 1964.